

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 117, de 28 JUN 2023)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Art. 20 do ROCA 20-5 “Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria nº 38/GC3, de 5 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-461 - Programa de Pós-Graduação em Aplicações Operacionais - PPGA0.

Art. 2º Revogar a Portaria EMAER nº 73/1SC, de 16 de novembro de 2020, publicada no BCA nº 212, de 23 de novembro de 2020.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ten Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Chefe do EMAER

3 – ICA 37-957 - APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA EMAER Nº 74/1SC2, DE 22 DE JUNHO DE 2023.

Aprova a edição da Instrução “Governança Estratégica dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNIFA”.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Art. 20 do ROCA 20-5 “Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria GABAER Nº 38/GC3, de 5 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-957 - Governança Estratégica dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNIFA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

Obs.: As Instruções de que tratam as Portarias acima encontram-se anexadas a este Boletim e serão disponibilizadas no SISLAER.

4 – PORTARIA – TORNA INSUBSISTENTE

PORTARIA EMAER Nº 65/3SC1, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

Destitui efetivo da OPERAÇÃO
EXCELSIOR.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-957

**GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIFA**

2023

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-957

**GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIFA**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA EMAER Nº 74/1SC2, DE 22 DE JUNHO DE 2023.

Aprova a edição da Instrução
“Governança Estratégica dos Programas
de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da
UNIFA”.

O **CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Art. 20 do ROCA 20-5 “Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria GABAER Nº 38/GC3, de 5 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-957 - Governança Estratégica dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNIFA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

PREFÁCIO

A DCA 11-45/2018, Conceção Estratégica Força Aérea 100 destaca que o século XXI representa um desafio pela dinamicidade dos dias atuais e a constante evolução do conhecimento. O documento destaca, ainda, que o maior desafio é antever o ambiente onde estamos inseridos para elaborar estratégias que conduzam à visão de futuro (BRASIL, 2018a, p. 12; 22).

O PCA 11-47/2018, Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018-2027 (PEMAER) enfatiza que o ensino deve estar pautado em um modelo que permita ao ativo mais valioso da organização (as pessoas) interagir, de modo sinérgico, com atores de outras Forças, sendo requisitos fundamentais o constante aperfeiçoamento da pós-formação, a interação curricular nos níveis mais elevados da carreira das Forças Armadas e a atualização por intermédio de intercâmbios nacionais e internacionais (BRASIL, 2018b, p. 39).

Para poder ingressar no grupo das Forças Aéreas que geram Doutrina, a Aeronáutica deve garantir que sua estrutura de capacitação de recursos humanos seja capaz de preparar profissionais para que possam ter o domínio dos conceitos e técnicas necessários ao pleno emprego do Poder Aeroespacial. A capacitação no nível de pós-graduação visa desenvolver novos métodos e tecnologias, buscar a inovação, superar antigos e novos obstáculos e criar condições favoráveis para que as organizações possam progredir com maior probabilidade de sucesso.

A Universidade da Força Aérea (UNIFA) está inserida nesse processo, contribuindo no âmbito da pós-graduação com o desenvolvimento acadêmico e profissional de militares e civis, por meio da pesquisa, com vistas ao desenvolvimento do Poder Aeroespacial Brasileiro.

O PEMAER destaca, também, que o EMAER é o órgão responsável pelo planejamento de mais alto nível do COMAER e que “[...] todos os planos da Força devem ser elaborados de maneira integrada e articulada, pois neles se encontram os recursos financeiros disponíveis de investimento e de custeio” (BRASIL, 2018b, p. 12).

Portanto, esta Instrução se alinha às orientações contidas na Conceção Estratégica, no PEMAER e na Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica ao estabelecer orientações para os Programas de Pós-Graduação da UNIFA, tendo o EMAER como o responsável pela visão estratégica da Aeronáutica, e a UNIFA como condutora de cursos de pós-graduação, refletindo os objetivos e metas estabelecidos nos Planos Setoriais do COMGEP e Planos de Trabalho da DIRENS e UNIFA.

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>	9
1.2	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	9
1.3	<u>ÂMBITO</u>	11
2.	NORMAS GERAIS	12
2.1	<u>CONSIDERAÇÕES</u>	12
2.2	<u>PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFA</u>	13
2.3	<u>ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR (CONDIR)</u>	13
2.4	<u>ATRIBUIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS</u>	14
3.	NORMAS ESPECÍFICAS	17
3.1	<u>INDENIZAÇÃO DO CURSO</u>	17
3.2	<u>DESTINAÇÃO DOS ALUNOS APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO</u>	17
3.3	<u>DESTINAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO</u>	17
4.	DISPOSIÇÕES FINAIS	18
4.1	<u>CRONOGRAMA DE ATIVIDADES</u>	18
4.2	<u>MODIFICAÇÕES NOS ANEXOS DESTE DOCUMENTO</u>	18
4.3	<u>VISIBILIDADE DOS TRABALHOS DOS ALUNOS</u>	18
4.4	<u>CASOS NÃO PREVISTOS</u>	18
	REFERÊNCIAS	19
	ANEXO A - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROSPACIAIS	20
	ANEXO B - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESEMPENHO HUMANO OPERACIONAL	25
	ANEXO C - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	31
	ANEXO D - MODELO DE DOCUMENTO PARA PROPOSTA PRELIMINAR DE PESQUISA	34
	ANEXO E - PROCESSO DE INDICAÇÃO DE CANDIDATOS	35
	ANEXO F - ORDENAMENTO TEMÁTICO DOS PPG	37

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. FINALIDADE

A presente instrução tem por finalidade estabelecer as normas gerais para as ações técnico-administrativas que viabilizarão a governança estratégica dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da UNIFA.

1.2. CONCEITUAÇÕES

A interpretação de significado da terminologia empregada deve ser feita de acordo com o consagrado no vernáculo, nos documentos normativos em vigor no Ministério da Defesa (MD) e no Comando da Aeronáutica (COMAER) ou conforme explicitado a seguir.

1.2.1. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Área de conhecimento de um Programa de Pós-Graduação onde se concentram as atividades dos Programas de Estudos de seus alunos.

1.2.2. BANCO DE PROJETOS TEMÁTICOS

Estrutura de registro onde projetos formais estabelecem um conjunto específico de projetos de pesquisa de mestrado e doutorado dos PPG, e ações necessárias para suas implementações, visando objetivos específicos que devem ser atingidos dentro de um período de tempo definido. A metodologia de elaboração e implementação de um Projeto Temático dos PPG, para composição do banco de registro, está detalhada no Anexo F desta ICA.

1.2.3. BANCO DE TEMAS

Estrutura de registro das demandas finalísticas dos ODGSA que serão analisadas em termos acadêmicos para que se adequem a uma das linhas de pesquisa do PPG, a partir da qual pode ser elaborado um projeto de pesquisa de mestrado e doutorado de forma pontual e individualizada, quando não há um Projeto Temático do PPG instituído. A sistemática de busca e consolidação das demandas finalísticas ajustadas às linhas de pesquisa dos PPG, bem como a implementação do projeto de pesquisa individual, está detalhada no Anexo F desta ICA.

1.2.4. CONSELHO DIRETOR DO PPG (CONDIR)

Colegiado de direção, coordenado pelo EMAER (ISC2), composto por um presidente, membros permanentes e convidados, com atribuições, dentre outras, de assessorar os Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), no gerenciamento dos assuntos administrativos e técnicos afetos ao PPG da UNIFA.

1.2.5. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Órgão do Ministério da Educação, responsável pela avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado, nas modalidades acadêmico e profissional) em âmbito nacional.

1.2.6. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Curso *stricto sensu* em nível de Doutorado Acadêmico, Mestrado Acadêmico, Doutorado Profissional ou Mestrado Profissional, pertencente a um Programa de Pós-Graduação, com duração variável, destinado a desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da Graduação, visando à obtenção de título acadêmico, permitindo elevar o padrão de competência científica ou técnico-profissional dos setores de ensino, pesquisa e desenvolvimento de interesse do campo aeroespacial.

1.2.7. LINHAS DE PESQUISA/LINHAS DE ATUAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Conjunto de temas de estudo da mesma natureza ou que guardam proximidade entre si, de onde se originam projetos de pesquisas científicas e expressam a especificidade de produção de conhecimento dentro de uma área de concentração.

1.2.8. MATRÍCULA

Ato de admissão para os Cursos, por meio de publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), sob responsabilidade da UNIFA, para os discentes que se apresentarem para a realização do Curso.

1.2.9. MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAIS

Modalidades de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que têm por objetivos: capacitar profissionais qualificados para práticas profissionais avançadas e transformadoras, atendendo demandas sociais, organizacionais, profissionais e de mercado; transferir conhecimento específico para atender demandas de arranjos produtivos, visando ao desenvolvimento nacional, regional ou local; promover a formação integrada com entidades demandantes de diferentes naturezas, para melhorar a eficácia e eficiência de organizações públicas e privadas, por meio da solução de problemas e da geração e aplicação de processos inovadores; contribuir para aumentar a competitividade e produtividade de empresas e organizações públicas e privadas. (BRASIL, 2017).

1.2.10. NÚCLEOS TEMÁTICOS

Estrutura de registro dos temas de pesquisa dos PPG da UNIFA, a partir da qual podem ser formulados os problemas de pesquisa.

1.2.11. ORDEM DE MATRÍCULA

Ato que determina a matrícula dos candidatos selecionados e habilitados para a realização dos Cursos, de acordo com as normas em vigor.

1.2.12. PROBLEMA DE PESQUISA

Consiste em um enunciado claro, compreensível e operacional, onde é explicitada a dificuldade, teórica ou prática, encontrada e que se pretende resolver. É elaborado em forma de pergunta científica, ou em forma de sentença, cuja solução deve ser encontrada por meio da pesquisa científica. O candidato, quando submeter o problema ao processo seletivo dos respectivos PPG, deverá obedecer ao modelo específico previsto em Edital (Projeto Preliminar de Pesquisa).

1.2.13. PROCESSO SELETIVO

Conjunto de atividades administrativas e acadêmicas que têm a finalidade de selecionar os candidatos aos Cursos dos PPG da UNIFA.

1.2.14. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)

Conjunto de cursos *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) distribuído por área de concentração específica.

1.3. ÂMBITO

A presente instrução aplica-se às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica envolvidas com o planejamento, execução e controle dos Programas de Pós-Graduação da UNIFA, bem como à aquelas que se valem das capacitações propiciadas pelos mesmos.

2. NORMAS GERAIS

2.1. CONSIDERAÇÕES

2.1.1. O EMAER orientará a sistemática de indicação e priorização de pesquisa de interesse do COMAER nos núcleos temáticos dos PPG da UNIFA.

2.1.2. Se o discente selecionado for militar ou servidor público civil pertencente às fileiras da Força Aérea Brasileira, as pesquisas desenvolvidas por estes alunos deverão vir ao encontro das necessidades operacionais ou administrativas da FAB.

2.1.3. Os temas e projetos temáticos a serem desenvolvidos nos PPG serão estabelecidos considerando as prioridades estratégicas identificadas pelas Primeira, Sexta e Sétima Subchefias (1SC, 6SC e 7SC) e Assessoria de Estudos Estratégicos (AEE), todas do EMAER, sob a coordenação da Seção de Ensino do EMAER (1SC2), buscando sinergia, continuidade e alinhamento com foco em um problema operacional, administrativo e de cunho estratégico, identificado mediante coordenação do EMAER com os ODSA.

2.1.4. A sistemática de indicação deve levar em consideração as organizações demandantes e os PPG da UNIFA, buscando envolvimento mútuo e formal entre as partes, que resultem na formação sistematizada e ordenada de Recursos Humanos *stricto sensu* associada a geração e domínio de conhecimento relacionado ao Poder Aeroespacial, fundamentada no estabelecimento de produtos entregáveis.

2.1.5. O Banco de Temas e o Banco de Projetos Temáticos, em consonância com as Linhas de Pesquisa dos PPG norteará a elaboração dos problemas de pesquisa que serão desenvolvidos nas Áreas de Concentração dos PPG da UNIFA, de acordo com a disponibilidade e a capacitação dos docentes. A UNIFA identificará a possibilidade de amparar as necessidades da FAB acomodando os O Banco de Temas e o Banco de Projetos Temáticos aos seus Núcleos Temáticos. Caso isso não seja possível, por falta de expertise do corpo docente, o EMAER fará gestões junto ao COMGEP para que as competências necessárias sejam alcançadas, por intermédio de capacitação do quadro de professores, parceria com Instituições de Ensino, no Brasil ou no Exterior ou por intermédio da aquisição de novos membros para o corpo docente ou aquisição de equipamentos necessários.

2.1.6. Os procedimentos de indicação de candidatos para os PPG da UNIFA estão estabelecidos no Anexo E.

2.1.7. Prioritariamente, os alunos do PPG terão dedicação parcial ao curso durante a sua realização, ficando sujeitos aos desdobramentos administrativos pertinentes. O ingresso de alunos no programa, em regime de dedicação exclusiva, com a devida movimentação para o Campus da UNIFA, poderá ser proposto pelo ODGSA de origem dos militares e/ou pela própria UNIFA, devendo receber parecer positivo da Comissão Coordenadora do PPG e ser homologado pelo CONDIR.

2.1.8. Os temas de pesquisas de interesse do COMAER, objeto desta ICA, deverão ser homologados pelo CONDIR e não são requisitos para a participação de candidatos de fora dos quadros da FAB nos processos seletivos dos PPG da UNIFA, cabendo somente aos militares e civis que atualmente atuam nas fileiras da Força Aérea. Os requisitos dos referidos processos serão dispostos nos Editais específicos.

2.2. PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFA

2.2.1. Os programas de Pós-Graduação da UNIFA são:

- a) Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA); e
- b) Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional (PPGDHO).

2.2.2. As descrições desses Programas, suas áreas de concentração, linhas de pesquisas e núcleos temáticos estão detalhados nos Anexos A e B, respectivamente.

2.3. ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR (CONDIR)

2.3.1. O CONSELHO DIRETOR é constituído de presidente, membros e secretários, titulares ou representantes dos seguintes cargos:

- a) Presidente: Vice-Chefe do EMAER;
- b) Membros: Vice-Secretário da SEFA;
Reitor da UNIFA;
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIFA;
Chefe da SCAD do COMPREP;
Chefe do SDOP do DECEA;
Chefe do Estado-Maior Conjunto do COMAE;
Chefe da 1SC do EMAER;
Chefe da 5SC do EMAER;
Chefe da 6SC do EMAER;
Chefe da 7SC do EMAER;
Chefe da AEE do EMAER
Chefe da 1EM do COMGAP;
Chefe do SDA do DCTA;
Subdiretor da SDEN da DIRENS;
Chefe da 3SC do COMGEP;
Coordenador do PPGCA;
Coordenador do PPGDHO; e
- c) Secretário: Adjunto da 1SC do EMAER; e
- d) Convidados: Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Aplicações Operacionais do ITA e representantes de organizações internas ou externas ao COMAER, designados pelo EMAER, cuja relação com os problemas de pesquisa torne desejável sua representatividade no Comitê.

2.3.2. No caso de impossibilidade de comparecimento, os membros poderão indicar representantes de suas Organizações, para deliberação dos itens apresentados em pauta.

2.3.3. ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR

Cabe ao CONDIR:

- a) julgar as candidaturas dos militares do COMAER que serão designados para os PPG, caso aprovadas no processo seletivo da UNIFA, deliberando, quando necessário, sobre a classificação dos mesmos após a conclusão dos Programas;
- b) homologar as modificações do Banco de Temas, coordenadas da Seção de Ensino (1SC2), baseando-se nas sugestões coletadas e analisadas pela 3SC, 6SC, 7SC e AEE do EMAER, no processo de consulta aos ODSA e às Subchefias do EMAER;
- c) analisar e deliberar sobre a coordenação necessária junto aos ODS, e no âmbito da Defesa, para que a obtenção e o fornecimento de um conjunto de dados relacionados aos desafios operacionais priorizados no presente ciclo dos PPG sejam utilizados nas pesquisas, sempre que viáveis em termos de tempo e de proteção quanto à sensibilidade do conteúdo;
- d) apreciar a prestação de contas dos recursos destinados aos PPG no ano anterior, à luz do planejamento realizado;
- e) avaliar e decidir a aplicação das pesquisas concluídas e a destinação dos produtos gerados nos trabalhos dos alunos dos PPG;
- f) avaliar e decidir a proposta de atualização do planejamento das necessidades de capacitação de pessoal do COMAER nos PPG (número de alunos, áreas e linhas de pesquisa prioritárias) para o triênio seguinte, para fins de planejamento da execução do Programa; e
- g) realizar consulta à DIRENS acerca dos eventuais impactos da inclusão de candidatos dos PPG da UNIFA nas cogitações para os cursos de carreira do COMAER;
- h) indicar e priorizar os problemas de pesquisa, encaminhados ao EMAER pelos ODSA ou pelos Órgãos externos ao COMAER, considerando os núcleos temáticos contidos nos Anexos A e B;
- i) avaliar e decidir a aplicação das pesquisas concluídas e a destinação dos produtos gerados nos trabalhos dos alunos dos PPG da UNIFA;
- j) homologar a proposta orçamentária, a ser alocada pela 5SC do EMAER, para o custeio das atividades atreladas aos PPG; e
- k) cumprir todas as etapas sistêmicas listadas no cronograma de atividades (Anexo C).

2.4. ATRIBUIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

2.4.1. DOS ODSA

Cabe aos ODSA:

- a) enviar os temas de interesse e os projetos temáticos ao EMAER, considerando as Linhas de Pesquisa dos PPG da UNIFA, alinhando-os, quando possível, aos Núcleos Temáticos ativos na Universidade (Anexos A e B); e
- b) cumprir todas as etapas sistêmicas listadas no cronograma de atividades (Anexo C).

2.4.2. DO EMAER

Cabe ao EMAER:

- a) realizar reunião com representantes dos membros permanentes e convidados do CONDIR para discussões preliminares e elaboração da pauta da reunião deliberativa;
- b) enviar para a UNIFA os temas de interesse do COMAER priorizadas pelo CONDIR;
- c) encaminhar, anualmente, aos ODSA e Órgãos externos ao COMAER, consulta sobre a sugestão de problemas de pesquisa, com ou sem candidatos, para os processos seletivos dos PPG da UNIFA;
- d) coordenar junto aos ODS, e no âmbito da Defesa, a obtenção e o fornecimento de um conjunto de dados relacionados aos desafios operacionais priorizados no presente ciclo do PPGAO sejam utilizados nas pesquisas, observando a viabilidade temporal e necessidade de proteção quanto à sensibilidade do conteúdo;
- e) analisar as propostas de missões PLAMENS, recebidas do COMGEP, as quais objetivam a capacitação de docentes dos PPG, bem como os estágios de pesquisa no exterior para os alunos cursando o doutorado, relacionadas com problemas de pesquisa indicados pelo CONDIR;
- f) comunicar aos ODSA e Órgãos externos ao COMAER de origem dos candidatos, tão logo seja recebida a informação da UNIFA, o resultado final do processo seletivo;
- g) comunicar aos Órgãos Externos ao COMAER os resultados das pesquisas relacionadas aos seus Alunos egressos dos PPG da UNIFA;
- h) encaminhar à DIRENS, via COMGEP, a ata do CONDIR, onde consta a sugestão de OM de destino dos concludentes dos PPG para aplicação das pesquisas; e
- i) cumprir todas as etapas sistêmicas listadas no cronograma de atividades (Anexo C).

2.4.3. DO COMGEP:

- a) gerenciar a não inclusão de alunos do PPGAO nos planos de movimentação obrigatória; particularmente, o de Movimentação Por Escolha de Oficiais Superiores (MPEOS); e
- b) Cumprir todas as etapas sistêmicas listadas no calendário de atividades (Anexo B).

2.4.4. DA DIRENS

Cabe à DIRENS:

- a) avaliar os eventuais impactos da inclusão dos Indicados aos PPG da UNIFA nas cogitações para os cursos de carreira do COMAER, informando ao EMAER;

- b) submeter, oportunamente, ao COMGEP, a não inclusão de alunos dos PPG da UNIFA nos planos de movimentação obrigatória, por incompatibilidade aferida no item anterior; e
- c) cumprir todas as etapas sistêmicas listadas no cronograma de atividades (Anexo C).

2.4.5. DA UNIFA

Cabe à UNIFA:

- a) realizar, anualmente, o processo seletivo dos candidatos aos PPG, conforme Editais específicos;
- b) inserir nos Editais dos processos seletivos os temas de pesquisa, recebidos do EMAER, indicados e priorizados pelo CONDIR;
- c) considerar, nos processos seletivos dos PPG, a lista de candidatos com problemas de pesquisa indicados e priorizados pelo CONDIR;
- d) comunicar ao EMAER, via DIRENS, o resultado final dos processos seletivos dos PPG;
- e) enviar à DIRENS as propostas de missões PLAMENS que objetivam a capacitação de docentes dos PPG, bem como os estágios de pesquisa no exterior para os alunos cursando o doutorado, que atendam aos requisitos da ICA 37-770, em vigor, e que estejam relacionadas com problemas de pesquisa indicados e priorizados pelo CONDIR, informando essa particularidade na Ficha Proposta de Missão (FPM);
- f) elaborar e publicar em BCA os itens de ordem de matrícula, e de matrícula dos candidatos selecionados para os PPG da UNIFA, conforme cronograma disponível no Anexo C;
- g) encaminhar ao EMAER e ao COMGEP/DIRENS a informação sobre a matrícula na UNIFA dos novos alunos dos PPG;
- h) enviar os resultados das pesquisas concluídas ao EMAER, via DIRENS; e
- i) cumprir todas as etapas sistêmicas listadas no cronograma de atividades (Anexo C).

3. NORMAS ESPECÍFICAS

As normas específicas que regulam as atividades dos PPG da UNIFA estão previstas nas Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Universidade da Força Aérea, e as informações básicas sobre os cursos dos PPG podem ser encontradas em TCA que regula os Cursos e Estágios do COMGEP.

3.1. INDENIZAÇÃO DO CURSO

As indenizações do PPG, nos casos de afastamento do serviço ativo do militar, far-se-ão na forma estabelecida na Lei no 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares) e em Portaria específica do COMAER sobre o assunto.

3.2. DESTINAÇÃO DOS ALUNOS APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO

3.2.1 Os alunos concludentes do PPG serão designados para as organizações de destino, prioritariamente para os ODSA de origem, de acordo com a aderência da pesquisa ao Banco de Temas e/ou ao Banco de Projetos Temáticos, por ocasião da reunião do CONDIR que julga suas admissões, atendendo às necessidades que motivaram suas indicações para o Programa. Esta designação será ratificada pelo EMAER, junto ao COMGEP, para efeitos de movimentação, por ocasião da conclusão do curso.

3.2.2 O EMAER comunicará ao COMGEP a classificação dos alunos em dedicação integral concludentes do Programa, para a movimentação consequente e, à DIRENS, para as providências ligadas à cogitação para cursos de carreira.

3.3. DESTINAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO

Após a conclusão dos trabalhos, o EMAER decidirá a destinação do conhecimento produzido: encaminhamento ao ODGSA de interesse, base para teses de doutorado (no caso de dissertações de mestrado), solicitação de patente para o COMAER, fomento da Indústria de Defesa, entre outras.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Todos os responsáveis pelas ações, medidas e providências previstas nesta Instrução deverão observar o cronograma de atividades disponibilizado no Anexo C.

4.2. MODIFICAÇÕES NOS ANEXOS DESTA INSTRUÇÃO

É comissionada ao CONDIR a autorização para deliberar alterações nos anexos desta Instrução, julgadas necessárias em função de mudanças de cenários técnico-científicos e processuais, sem a necessidade de uma revisão da ICA como um todo.

4.3. VISIBILIDADE DOS TRABALHOS DOS ALUNOS

4.3.1 O EMAER, em coordenação com a UNIFA, deverá promover, anualmente, um evento de divulgação científica com foco nas áreas de pesquisa do PPGCA e PPGDHO, que promova intercâmbio técnico-científico entre os setores Operacional e Acadêmico, que fomente a participação de empresas de Defesa, bem como a visibilidade dos trabalhos dos alunos PPG, tanto do mestrado, quanto do doutorado.

4.3.2 Ao mesmo tempo, a UNIFA deverá selecionar os trabalhos com maior impacto social, acadêmico ou estratégico para serem alvo de campanha de *exomarketing*, por intermédio de entrevistas a serem veiculadas pela Rádio Força Aérea e pelos canais de mídia social institucionais.

4.4. CASOS NÃO PREVISTOS

Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Senhor Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de junho de 2017.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, 10 out. 2018. Aprova a reedição da DCA 11-45 “Concepção Estratégica Força Aérea 100”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 180, 15 out. 2018a, p. 11265.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 2.102/GC3, 18 dez. 2018. Aprova a reedição do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018-2027 (PEMAER). PCA 11-47. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 22, 20 dez. 2018b.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 61/GC3, de 10 jan. 2019. Aprova a ICA 37-770 “Plano de Missões de Ensino”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 009, 16 jan. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS Nº 80/SPF, de 7 de maio de 2021. Aprova a edição da Instrução “Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Universidade da Força Aérea, ICA 37-856”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 087, 12 mai., 2021a.

BRASIL. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 210/ALE, de 29 de novembro de 2021. Aprova a reedição da TCA 37-14 “Cursos e Estágios do COMGEP, para 2022 e 2023”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 226, 10 dez., 2021b.

BRASIL. Comando-Geral do Pessoal. Portaria Nº 232/ISC2, de 31 de março de 2022. Aprova a reedição da ICA 30-4, que dispõe sobre movimentação de pessoal militar. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 065, 6 abr. 2022.

ANEXO A - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

As Ciências Aeroespaciais estudadas no PPGCA estão além do tema que abrange a defesa do espaço aéreo brasileiro, visto que conformam um subcampo epistemológico próprio ou área de interesse da Ciência Política. Constituem uma formulação multi e interdisciplinar, em que o Poder Aeroespacial e os Estudos de Defesa (dois núcleos epistemológicos ligados à Ciência Política) interagem e atuam transversalmente formando a unidade epistemológica principal. Para elas convergem todos os conceitos pertencentes ao campo referente à Aeronáutica e Espaço, consolidando sua feição científica, aí incluídos os constructos das áreas de tecnologia e inovação, gestão, educação, direito, recursos humanos e políticas públicas.

Para lidar com a complexidade que envolve esse campo do conhecimento e na busca por soluções, métodos e processos mais adequados, o COMAER, dadas as suas atribuições relativas à defesa e ao controle do espaço aéreo, sobre o território brasileiro, sobre a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e de busca e salvamento sobre área delimitada por acordos internacionais, que totalizam 22.000.000 Km² de área de atuação, além da responsabilidade sobre o domínio do espaço extra-atmosférico, destacado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), encontrou no *stricto sensu* uma valiosa alternativa para as soluções de suas complexas demandas.

Nesse privilegiado e singular contexto, está a UNIFA, posto que se encontra na vanguarda das ações de pesquisa para o desenvolvimento de documentos de alto nível relacionados à Ciência Política e às Relações Internacionais (CP/RI) voltadas ao desenvolvimento do Poder Aeroespacial. Os estudos focados no desenvolvimento de políticas no campo do Poder Aeroespacial, no âmbito da Força Aérea e, por conseguinte, da Defesa Nacional são de inteiro conhecimento e responsabilidade da UNIFA.

A UNIFA, pela Portaria nº 0007/DE, de 22 de dezembro de 2004, e por iniciativa de seu então Comandante, implantou o Curso de Mestrado em Ciências Aeroespaciais. Sete anos após essa implantação, ratificou-se o Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA) - níveis Mestrado e Doutorado -, por meio da Portaria nº 611/GC3, de 24 de novembro de 2011, assinada pelo Comandante da Aeronáutica, sob a égide da Lei de Ensino da Aeronáutica (Lei 12.464, de 05 de agosto de 2011).

Submetido à CAPES, o Curso de Mestrado, na modalidade profissional do PPGCA, obteve recomendação e reconhecimento devidos, conforme Portaria MEC nº 51, de 24 de janeiro de 2014. Em 2020, o PPGCA teve seu Curso de Doutorado reconhecido pela Portaria MEC nº 539, de 15 de junho de 2020.

Perfil do Egresso:

Profissional, civil ou militar, habilitado para diagnosticar, planejar e assessorar processos decisórios que exijam alta especialização para a busca de soluções inovadoras e efetivas às questões político-estratégicas de elevada complexidade e para aplicar conhecimentos por meio de novos métodos e/ou processos, em instituições públicas ou privadas, com foco na Segurança e Defesa Nacional, relacionados ao Poder Aeroespacial.

Área de Concentração:

Poder Aeroespacial e Pensamento Político-Estratégico Contemporâneo

Área de concentração que visa ao desenvolvimento de estudos que, inseridos na área da Ciência Política e das Relações Internacionais, permitam analisar, interpretar e

compreender os fatores internos (domésticos) e externos, capazes de influenciar o preparo e o emprego do Poder Aeroespacial brasileiro. Considera-se que a área de concentração envolverá estudos entre as Ciências Aeroespaciais e os assuntos relacionados à teoria política contemporânea, estudos estratégicos, estudos de poder local, políticas públicas e políticas de cooperação internacional, entre outros, tanto em situações de paz quanto em situações de conflitos armados.

Linhas de Pesquisa:

I - Poder Aeroespacial Brasileiro, Segurança e Defesa: Estuda-se o papel do Poder Aeroespacial no atendimento às demandas formuladas pela política de Estado brasileira. Fomentam-se estudos que permitam analisar, interpretar e compreender de que maneira fatores, como as políticas públicas, influenciam no emprego do Poder Aeroespacial, como instrumento de projeção do Poder Nacional, nas vertentes da Segurança e da Defesa. Visa a otimização de processos e o subsídio a planejamentos que digam respeito ao preparo e emprego do Poder Aeroespacial.

II - Relação entre Estados, Pensamento Estratégico Contemporâneo e Poder Aeroespacial: Estudo da relação entre os Estados, que pode gerar necessidades de cooperação e colaboração entre o Brasil e demais países, em tempos de paz. E que, em caso de conflito armado, afetam o emprego do Poder Aeroespacial. Parte-se da premissa de que políticas originárias de outros países e a atuação de atores não estatais são capazes de influenciar a condução dos assuntos relacionados ao Poder Aeroespacial. Sendo este um instrumento de poder e de política do Estado, torna-se um fator destacado na garantia da soberania de nossa nação e da sociedade brasileira como um todo. Além disso, devido às suas múltiplas dimensões, o Poder Aeroespacial tem impacto em setores primordiais para o desenvolvimento econômico do país, como aqueles relacionados, por exemplo, à Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento.

Núcleos Temáticos:

1. Poder Aeroespacial

1) O Poder Aeroespacial (PAepc) como núcleo epistemológico das Ciências Aeroespaciais. 2) Pensamento científico aplicado ao Poder Aeroespacial. 3) Análise das instituições Aeronáutica e COMAER. 4) Origem e formação do Poder Aéreo (PAe) /Aeroespacial brasileiro. 5) Análise dos impactos da Estratégia Nacional de Defesa (END) no PAepc brasileiro. 6) Influência dos teóricos da estratégia militar na estruturação e emprego do PAe /PAepc brasileiro: Douhet, Trenchard, Mitchell, Seversky, Boyd, Warden, Pape, Murilo Santos. 7) Poder Aeroespacial como ferramenta ou instrumento de aplicação do Poder Político. 8) Amazônia e Amazônia Azul e o emprego do Poder Aeroespacial brasileiro. 9) Taxonomia de Poder Nacional na visão brasileira e no contexto internacional. 10) Componentes do Poder Nacional, Poder Militar e Poder Aeroespacial. 11) A estratégia de uso das Forças Aéreas de outros países e a estratégia nacional. 12) A Concepção Estratégica Força Aérea (FAB) 100 e os impactos da Política Nacional de Defesa (PND) e END na estrutura operacional de comando e controle (C2) do Poder Aeroespacial brasileiro. 13) Influência dos teóricos da estratégia militar e do Poder Aeroespacial no emprego do Poder Aeroespacial nos períodos da Guerra Fria e Pós-Guerra Fria. 14) Capacidade de dissuasão, a tríade de Clausewitz e a dialética da dissuasão coercitiva. 15) Dissuasão nuclear, convencional e irregular. 16) A influência dos teóricos da estratégia militar e do Poder Aéreo nas guerras modernas e contemporâneas (Afeganistão, Iraque, Kosovo). 17) Guerra Irregular (GI) e

Guerra de Quarta e Quinta Geração (4GW /5GW). 18) Guerra Cibernética, conceitos de acesso e/ou manipulação da informação, as comunicações estratégicas e a política e estratégia de emprego do Poder Aeroespacial. 19) Aplicação e emprego de Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP). 20) A Guerra Híbrida, suas ações e cenários e a capacidade de coerção. 21) Cooperação Internacional Aeroespacial. 22) Liderança e Ética Militares. 23) Recursos Humanos e suas Interações no Ambiente Aeroespacial. 24) Psicologia e Sociologia Militares. 25) Comunicação Social. 26) Poder Aeroespacial como Política Pública de Defesa.

2. Pensamento Estratégico Militar Contemporâneo

1) Emprego do Poder Aeroespacial na atualidade. 2) Fundamentos filosóficos da Defesa e da Segurança. 3) O estudo do Estado, da sociedade e do processo de tomada de decisão na formulação estratégica. 4) As condições da guerra e da paz e a relação entre o Estado e as forças militares. 5) O papel das Forças Armadas em tempo de paz e nas situações de conflito, com ênfase no papel do Poder Aeroespacial como instrumento do Poder Político. 6) O lugar da Defesa nas Relações Internacionais. 7) Estratégia Militar. 8) Formulações estratégicas para um ambiente de operação conjunta e combinada na defesa regional. 9) Metamorfose da violência no mundo contemporâneo. 10) O preparo dos civis para a Defesa. 11) O militar e a Defesa. 12) O Pensamento Brasileiro e o Pensamento Aeronáutico Militar Brasileiro. 12) “Política”, “Poder”, “Estratégia” e “Bem Comum” na formulação do Pensamento Estratégico Militar Brasileiro. 13) A relação Política Externa e Poder Militar. 14) Elaboração e análise de cenários atuais e futuros, suas ameaças e oportunidades, relativos ao Poder Aeroespacial, no contexto da PND e da END. 15) Atuais ameaças no Entorno Estratégico Brasileiro. 16) O contexto político sul-americano. 17) Análise das conexões do Poder Aeroespacial com o Poder Terrestre e com o Poder Marítimo. 18) As grandes tendências do Sistema de Segurança Internacional, guerras e novas ameaças. 19) Missões de Paz (*Peace keeping /Peace enforcement*). 20) A estratégia de dissuasão (resistência dissuasória), como opção da segurança internacional contemporânea. 21) O pensamento geopolítico de Estados no início do século XXI. 22) A Rússia e o pensamento estratégico militar russo no Conflito Sírio. 23) O conflito da Ucrânia e a anexação da Criméia. 24) O pensamento estratégico militar chinês na Ásia-Pacífico. 25) O jogo do poder e a estratégia de negação de acesso e de área (A2/AD).

3. Defesa e Estudos do Discurso

1) Sujeito, Identidade, Poder, Ideologia e Soberania. 2) Percepções do discurso e sua influência nos processos de formação da soberania nacional e na construção da identidade. 3) Fatores discursivos e seu papel na configuração do sujeito. 4) A noção de identidade ligada à de Defesa Nacional. 5) Discurso e política. Estratégias discursivas. 6) Ideologia na prática cotidiana. 7) Legitimidade, Soberania e Poder. 8) Mudanças políticas, econômicas e sociais no cenário internacional e sua relação com a cultura, a identidade e o discurso. 9) A relação entre Defesa, Estado, Identidade e Cultura.

4. Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN)

1) Princípios básicos de agentes QBRN. 2) Normas e acordos internacionais. 3) Precauções e Proteções contra agentes QBRN. 4) Política Nuclear Brasileira e Política de Defesa QBRN. 5) Política Industrial e Estratégia Nuclear voltadas à Defesa. 6) Tecnologias Nucleares aplicadas ao Poder Aeroespacial. 7) Redes de pesquisa e desenvolvimento voltadas à Defesa QBRN. 8) Análise de risco, vulnerabilidades, comércio e terrorismo.

5. Direito Aeronáutico, Aeroespacial, Espacial e Humanitário

1) Objetos do Direito Internacional Público. 2) Objetos do Direito Internacional Privado. 3) Relações jurídicas, sobre Estados beligerantes (em guerra), vinculadas aos fundamentos jurídico-legais do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). 4) Direito Internacional Humanitário e Costumey. 5) Princípios do DICA. 6) Conflito Armado Internacional e Não Internacional. 7) Os institutos *Jus ad bellum* e *jus in bello*. 8) O Direito de Genebra. 9) O Direito de Haia. 10) O Direito de Nova York. 11) As obrigações do Brasil como Signatário dos Acordos Internacionais. 12) O Regulamento Internacional para o Emprego da Força Militar: proporcionalidade, limitação, necessidade militar, comportamento na ação e evacuação, direito de ocupação e zonas de retaguarda. 13) O Estatuto do Combatente e do Prisioneiro de Guerra. 14) A proteção do pessoal das atividades de saúde e das atividades religiosas. 15) O Tribunal Penal Internacional e os crimes de guerra. 16) O Espião e o Mercenário. 17) Os naufragos e os mortos. 18) Tripulação embarcada em aeronave militar. 19) Os refugiados e deslocados. 20) A legalidade dos Alvos. 21) A Aplicação do DICA nas Operações de Paz e apresentação das atividades realizadas pelas Forças Armadas brasileiras em Missões de Paz. 22) Aspectos históricos das Atividades Aéreas (Marco Histórico e Marco Teórico). 23) Relações jurídicas vinculadas às atividades da aviação civil. 24) Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 1986) e Lei de criação da ANAC (Lei nº 11.182, de 2005). 25) Principais Tratados e Convenções sobre Aviação Civil: Convenção de Varsóvia, de Chicago e Montreal. 26) Movimentação de aeronaves no espaço aéreo: âmbito nacional e internacional. 27) Sistema de Investigação e Prevenção de acidentes aeronáuticos. 28) Defesa e controle do Espaço Aéreo. 29) Soberania do espaço aéreo nacional. 30) Liberdades do Ar. 31) Aspectos históricos das Atividades Espaciais (Marco Histórico e Marco Teórico). 32) Fundamentos do Direito Aeronáutico Internacional. 33) Fundamentos do Direito Espacial. 34) Legislação Aeronáutica Internacional. 35) Legislação Espacial Internacional. 36) Questões Internacionais Controversas e não Pacificadas (ONU COPUOS). 37) Dispositivos Constitucionais Brasileiros sobre Direito Aeronáutico (CRFB/1988). 38) Dispositivos Constitucionais Brasileiros sobre Direito Espacial. 39) A Legislação Infraconstitucional Brasileira (PND/END/LBDN/PNDAE/PEMAER/DCA). 40) Conceito de Direito Aeroespacial. 41) O Programa Espacial Brasileiro. 42) Gestão Espacial (Objetivos do CDPEB/COPE, interoperabilidade dos sistemas).

6. Economia de Defesa

1) Princípios econômicos aplicados à Defesa. 2) Mercado de Defesa. 3) Orçamento de Defesa: Cenário Externo. 4) Orçamento de Defesa no Brasil. 5) Efeitos dos gastos militares na economia: modelo clássico e keynesiano; efeitos “*spin off*” e “*spin in*”. 6) Noções de Econometria aplicada à análise da Defesa. 7) Política de Ciência, Tecnologia e Inovação aplicada à Defesa. 8) Sistemas setoriais de inovação em Defesa. 9) Indústria de Defesa: Cenário externo. Indústria de Defesa no Brasil. 10) Programas Militares e Projetos Aeroespaciais. 11) Comércio internacional de armamentos. 12) Embargos e políticas restritivas. 13) *Offset* e políticas compensatórias. 14) Mega acordos comerciais e o setor aeroespacial brasileiro.

7. Geopolítica, Segurança Internacional e Defesa

1) Aspectos históricos e atuais da geopolítica no mundo e no Brasil: um cenário prospectivo da participação brasileira em uma nova ordem mundial. 2) A Ordem Mundial pós-moderna. 3) A ascensão geopolítica dos Estados Unidos. 4) A ordem mundial na

Guerra Fria. 5) A gênese da era bipolar. 6) A reconfiguração da ordem mundial após o 11 de setembro de 2001. 7) A atual ordem mundial. 8) Novos atores do cenário internacional pós-moderno. 9) Geopolítica brasileira no início do século XXI. 10) Geopolítica Aeroespacial. 11) Desafios da integração sul-americana. 12) A evolução do debate teórico em Segurança na literatura internacional. 13) O conceito de Segurança Nacional e suas dimensões. 14) Complexos Regionais de Segurança e o Complexo Sul-Americano. 15) Ameaças tradicionais e novas formas de ameaças. 16) Novos desafios da segurança internacional e o papel do Conselho de Segurança da ONU. 17) As mudanças na literatura de segurança internacional. 18) Cooperação militar no pós-Guerra Fria. 19) Temas não tradicionais de segurança internacional; narcotráfico e terrorismo. 20) Os impactos para a defesa e o Poder Aeroespacial do Brasil. 21) Intersecção entre Defesa, Inteligência e política externa. 22) Guerras e ameaças assimétricas. 23) *Soft Power* e elementos constitutivos nas Relações Internacionais. 24) Temas de Segurança no Sul Global, com enfoque especial nos BRICS. 25) Projetos Estratégicos e Mobilizadores das Forças Armadas e Base Industrial de Defesa. 26) Logística e Defesa: Gestão da Cadeia de Suprimentos e ciclos de vida em sistemas complexos de defesa. 27) Desenvolvimento dos Estudos Estratégicos e de Defesa.

8. Gestão Estratégica do Poder Aeroespacial e Gestão de Crises

1) Gestão Organizacional. 2) Gestão Estratégica ou a Política dos Negócios. 3) Gestão Estratégica, Políticas Públicas e Poder Aeroespacial. 4) Definição de Crise Organizacional. 5) Posicionamentos Paradigmáticos para o estudo de Crises Organizacionais. 6) Estudos Funcionalistas. 7) Estudos Interpretativos. 8) Gestão de Crises. 9) Teoria de Detecção de Sinais. 10) Teoria de Alta Confiabilidade.

9. História da Aviação Militar

1) Primórdios a aviação: a aeroestação. 2) A atuação dos aeroplanos até a 1ª Guerra Mundial. 3) A aviação na Segunda Guerra Mundial. 4) Aviação militar no período da Guerra Fria. 5) Guerras contemporâneas, aviação e espaçonaves. 6) A aviação no contexto das insurgências. 7) As tendências da aviação e do uso militar do espaço exterior. 8) História da aviação militar no Brasil.

10. Segurança e Defesa Cibernética

1) Conceitos básicos. 2) Gestão de ameaças e vulnerabilidades: técnicas e ferramentas disponíveis. 3) Avaliação qualitativa e quantitativa do risco cibernético. 4) Métodos e técnicas para a redução de impacto no negócio. 5) Métodos e técnicas de ataques à segurança de sistemas em uso. 6) Prevenção e detecção de intrusos. 7) Continuidade de sistemas. 8) Técnicas forenses. 9) Política de segurança e normas associadas. 10) Auditoria de segurança. 11) Testes de penetração e adoção de certificações de segurança. 12) *Big Data*. 13) *IoT*. 14) *IoC*. 15) *TTP*. 16) *Cidades Inteligentes*. 17) *Machine Learning*. 19) *Artificial Intelligence*.

ANEXO B - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESEMPENHO HUMANO OPERACIONAL

Os militares das Forças Armadas precisam estar permanentemente aptos e prontos para o emprego do poder militar quando da necessidade de ações em prol da defesa da pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Em que pese o constante e rápido processo de inovações tecnológicas no campo militar, o ser humano sempre será o centro das decisões e, ao mesmo tempo, a parte mais flexível, adaptável e valiosa de todas as missões e operações de emprego do poder militar. No entanto, face às possibilidades de falibilidade, é o elemento mais vulnerável às influências adversas intervenientes em qualquer teatro de operações, podendo afetar seu desempenho físico, cognitivo e emocional.

Esse aspecto justifica e compromete as Forças Armadas com a idealização e a realização de um contínuo processo de formação e qualificação profissional dos seus recursos humanos, amparadas em conhecimentos produzidos cientificamente.

Neste sentido, a capacitação das dimensões biopsicossociais dos militares é um dos focos de máxima atenção das Forças Armadas. Por “dimensões biopsicossociais do desempenho humano operacional” entende-se o conjunto integrado de características humanas (competências, habilidades, potencialidades e limitações) biodinâmicas, intelectuais e comportamentais que têm impacto sobre o cumprimento de atividades operacionais das Forças Armadas, de acordo com procedimentos padronizados, de precisão, de segurança e de eficiência-eficácia, quando do emprego direto do poder militar em teatros ou áreas de operações, para a realização de uma campanha ou uma missão real ou de treinamento.

O PPGDHO visa à formação de recursos humanos qualificados para sistematizar e dinamizar a produção de conhecimentos científicos aplicados e o desenvolvimento de produtos, métodos, técnicas, processos e inovações técnico-profissionais que atendam às necessidades específicas de melhoria do desempenho operacional dos militares.

Seu curso no nível Mestrado, modalidade profissional, foi criado por meio da Portaria nº 1.240/GC3, de 20 de agosto de 2015, assinada pelo Comandante da Aeronáutica, sob a égide da Lei de Ensino da Aeronáutica (Lei 12.464, de 05 de agosto de 2011). Em 2019 foi submetido à CAPES, obtendo a recomendação e reconhecimento, de acordo com a Portaria MEC nº 478, de 13 de maio de 2020.

Perfil do Egresso:

Profissional, civil ou militar, habilitado para, a partir das prioridades estratégicas dos ODGSA e, em face aos processos e exigências inerentes às atividades operacionais desempenhadas pelos militares da Aeronáutica, investigar, medir, avaliar, definir parâmetros e protocolos das variáveis biodinâmicas e comportamentais decorrentes da interação homem-máquina-ambiente.

Área de Concentração:

Avaliação e intervenção biopsicossocial do desempenho humano operacional

A Área de Concentração tem como foco/objeto de formação, de pesquisa e de produção técnico-científica as dimensões biopsicossociais inerentes ao desempenho

operacional de militares no cumprimento das tarefas-fins que abrangem a missão constitucional de defesa nacional sob a responsabilidade das Forças Armadas Brasileiras (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira). Essas missões envolvem operações militares de patrulhamento, interceptação e combate, de autodefesa, de busca e salvamento, de garantia da lei e da ordem, entre outras determinações definidas no Livro Branco de Defesa Nacional. Este contexto justifica o investimento e a dedicação acadêmica e profissional de docentes/pesquisadores e alunos do PPGDHO na idealização, planejamento, desenvolvimento e avaliação contínua de produções técnico-científicas, processos, produtos, protocolos, instrumentos, visando subsidiar a avaliação, a capacitação e a intervenção biopsicossocial de militares das Forças Armadas Brasileiras.

Linhas de Atuação Técnico-científica:

Avaliação e intervenção biodinâmica aplicada ao desempenho humano operacional

Esta Linha de Atuação Técnico-científica tem como foco a avaliação, a análise, o desenvolvimento e a proposição de intervenções de caráter ergonômico e/ou biomecânico, com o fito de melhorar a compatibilidade e a interação do sistema homem-máquina-ambiente, promovendo a melhoria do desempenho humano, assim como tentando evitar e diminuindo possíveis distúrbios osteomioarticulares decorrentes das atividades operacionais. Abrange também a proposição de métodos e testes de avaliação das variáveis neuromotoras, cardiorrespiratórias e de composição corporal com os propósitos de identificar e definir a carga de trabalho demandada por cada atividade operacional, os valores de referência de testes (pontos de corte) e de nortear a prescrição de exercícios físicos. Pressupõe também a avaliação dos efeitos agudos e crônicos do treinamento, de acordo com a missão fim de cada atividade operacional, de maneira a permitir que o elemento humano possa suportar as exigências biofísicas de sua respectiva atividade operacional.

Avaliação e intervenção comportamental aplicada ao desempenho humano operacional

Esta Linha de Pesquisa/Produção Técnico-científico tem como foco o diagnóstico de necessidades, a análise, o desenvolvimento, a proposição e a avaliação de intervenções psicossociais em consonância com as teorias da motivação e do estresse, processos mentais, relações interpessoais, consciência situacional, interação homem-máquina-ambiente, por meio do entendimento das limitações e habilidades do elemento humano na realização das atividades de emprego do poder militar. Busca investigar também os fatores determinantes e as barreiras percebidas em relação à adesão aos programas de capacitação biopsicossocial de militares das Forças Armadas Brasileiras.

Núcleos Temáticos:

1. Aplicação dos princípios de ergonomia na melhoria do desempenho humano operacional de militares das Forças Armadas

O estudo do conjunto de conhecimentos a respeito do trabalho, com a finalidade de aplicá-las à concepção, conscientização e correção de tarefas, de instrumentos, máquinas e sistemas de produção, seja a partir da macro ou da micro ergonomia, pode contribuir para a melhora do desempenho humano na relação homem-máquina-ambiente e, conseqüentemente, impactar na segurança e a efetividade de missões operacionais de militares das forças armadas, transitando desde os aspectos físicos até os mentais da ergonomia. Com os resultados a serem produzidos pretende-se contribuir com possíveis de ajustes de postos de

trabalho; nos treinamentos e adaptação da relação homem-máquina-ambiente de trabalho para contribuição da segurança e a efetividade operacional; descrição e melhor compreensão de tarefas operacionais na perspectiva da sua maximização; elaboração de estratégias operacionais para redução de fadiga e aumento da atenção; ajustes ergonômicos com impacto no emprego do poder militar; entre outras demandas emergentes em função dos novos vetores que vão sendo incorporados pelas forças armadas.

2. Aspectos psicossociais e seu impacto no desempenho operacional de militares das Forças Armadas

Nas Forças Armadas os militares necessitam desenvolver atividades operacionais e de apoio. Elas, em muitos casos, por terem naturezas diversas, exigem requisitos como a flexibilidade cognitiva e a adaptabilidade comportamental, com repercussão no desempenho operacional e nas atividades de apoio. As repercussões desse impacto estão relacionadas à demanda da tarefa exercida, à resiliência ou ao impacto psicossocial frente às dificuldades das situações enfrentadas. Sendo assim, este projeto guarda-chuva envolverá investigações e produções técnico-profissionais que objetivam a avaliação de estresse e de suas adaptações psicossociais em militares das Forças Armadas que atuam direta e indiretamente em missões operacionais de emprego do poder militar.

3. Avaliação e intervenções na função respiratória aplicada ao desempenho operacional de militares das Forças Armadas

Militares das Forças Armadas estão sujeitos às condições de hipóxia, de exposição e inalação direta de produtos químicos e fumaças tóxicas, de variações abruptas de forças de aceleração (força G), entre outras situações de estresse do sistema respiratório. Portanto, a avaliação criteriosa da função pulmonar pode trazer dados complementares para aprimoramento do treinamento com efeitos positivos na performance dos militares. Este projeto tem como objetivos esclarecer as modificações pulmonares agudas e crônicas em situações de ação das forças de aceleração, de ajustes decorrentes da aclimatação, assim como a possível ocorrência de doenças relacionadas à exposição às substâncias nocivas. Com maior clareza na compreensão dessas alterações, será possível propor estratégias de intervenção visando o aumento do desempenho operacional que envolvem modificações do modelo de avaliação longitudinal de saúde, desenvolvimento de protocolos de treinamento respiratório, estabelecimento de critérios para as avaliações sistemáticas de desempenho de função pulmonar e proposição de protocolos personalizados de treino para a prática de atividade física dos militares.

4. Caracterização da prática habitual de exercícios físicos de militares das Forças Armadas com atribuições operacionais

O processo de aprimoramento das Forças Armadas (FFAA) requer planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação de políticas, de programas e de ações entre as quais se insere a capacitação física dos seus efetivos, para que estejam em condições de, a qualquer momento, realizar com eficiência e eficácia suas missões operacionais e de apoio. Para tal, é imprescindível a obtenção e disponibilização de informações atualizadas acerca da prática habitual de exercícios físicos (PHEF) de militares, para além dos resultados obtidos por meio dos exames periódicos de verificação do nível individual e coletivo de aptidão física, de modo a possibilitar a tomada de decisões fundamentadas em evidências válidas e confiáveis. Sendo assim, propõe-se a realização de investigações que tenham como

finalidade a caracterização da PHEF de militares das FFAA, considerando temas de pesquisa/produção técnico-profissional, a exemplo de:

1. Dimensão de militares que praticam exercícios físicos habitualmente (dentro e/ou fora de uma OM), considerando os parâmetros técnicos estabelecidos pelas associações científicas (mínimos de volume, intensidade, frequência e regularidade);
2. Em relação àqueles que NÃO praticam exercícios físicos habitualmente ou praticam abaixo dos parâmetros técnicos cientificamente recomendados, quais as barreiras percebidas que explicam a não adesão à PHEF;
3. Motivos/objetivos e benefícios percebidos que justificam ou orientam a PHEF de militares dentro e/ou fora de uma OM;
4. Investigações sobre autoeficácia percebidas pelos militares que praticam exercícios físicos habitualmente dentro e/ou fora de uma OM;
5. Relação entre atribuições, objetivos e tipos de exercícios físicos praticados habitualmente pelos militares dentro e/ou fora de uma OM;
6. Parâmetros técnicos utilizados para o planejamento e o treinamento físico dos militares dentro e/ou fora de uma OM; entre outros temas afins.

A perspectiva é municiar o processo decisório das autoridades competentes com um banco de dados sobre a PHEF visando a definição das políticas e programas institucionais baseada em evidências científicas; permitir a avaliação transversal e longitudinal sobre a PHEF dos militares; possibilitar a identificação de situações problemas que demandem o planejamento e aplicação de programas educativos; entre outras ações de intervenção.

5. Efeitos psicofisiológicos e do treinamento físico de diferentes componentes da aptidão física de militares das Forças Armadas

A excelência no preparo físico das tropas militares é imprescindível para o pronto emprego da sua capacidade operacional, junto ao enfrentamento de adversidades ligadas a condições geográficas e ambientais, desgaste de operações sustentadas e sobrecarga de equipagens de combate. Durante exercícios operacionais, além de realizar as mais diversas tarefas físicas inerentes a cada função, os militares carregam uma carga significativa, tais como capacetes, coletes, armas, munição, água, alimentos e outros equipamentos e /ou suprimentos, dependendo da situação e duração do ato pretendido. Nesse sentido, técnicas para o desenvolvimento e manutenção da resiliência e o treinamento físico operacional assumem papel de destaque no planejamento das rotinas de instrução e adestramento, capacitando os combatentes permanentemente para o cumprimento das tarefas-fins afetas as Forças Armadas Brasileiras. Para tanto, o objetivo do presente projeto é a elaboração de protocolos de *coping* e cartilhas de treinamento físico específico para as diferentes frações operacionais, considerando tanto tarefas comuns ao combate, como necessidades específicas dos militares, visando implementar a eficiência psicofísica, na pronta resposta e no desempenho de funções singulares, para garantir o êxito das missões afetas a segurança e defesa nacional.

6. Ergonomia na prevenção de lesões e melhora do desempenho operacional de militares das Forças Armadas

As lesões do aparelho musculoesquelético são uma das principais causas do afastamento de militares para tratamento de saúde ou definitivo (reforma), o que gera enormes

gastos financeiros e diminuição da capacidade operacional das Forças Armadas. Diante do exposto, este projeto de pesquisa possui os seguintes objetivos: (i) avaliar a prevalência e incidência das lesões musculoesqueléticas que mais acometem os militares das forças armadas; (ii) avaliar a associação entre a incidência de lesões agudas ou por esforços repetitivos e possíveis fatores de risco modificáveis e não modificáveis; (iii) avaliar as lesões por esforços repetitivos considerando o trinômio homem, máquina e ambiente de trabalho; (iv) reconhecer, identificar e elaborar estratégias para correção dos riscos ergonômicos encontrados; (v) desenvolver e implementar ações que visem prevenir ou reduzir a incidência de lesões musculoesqueléticas sofridas por militares.

7. Influência da condição física e da nutrição sobre o desempenho de militares das Forças Armadas

Para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, os militares necessitam de condição física e saúde adequadas, uma vez que missões operacionais requerem um conjunto de demandas fisiológicas, psicológicas e de resiliência sustentadas. Estudos apontam que a prática de exercícios físicos é eficiente na melhora do perfil metabólico e como o treinamento físico militar visa atender à operacionalidade, sua prática regular é fundamental para manutenção preventiva da saúde e para o atingimento dos padrões de desempenho físico, estando prontos para o cumprimento de suas missões. Como promover intervenções efetivas que possam mudar este quadro é fundamental para a saúde e melhoria do desempenho humano operacional de militares pretende-se com este projeto guarda-chuva desenvolver pesquisa/produção técnico-profissional que abranja os seguintes temas: a) levantamento da prevalência de DCNT e seus fatores associados entre militares que atuam na administração e em funções operacionais; b) levantamento dos fatores de risco associados às doenças metabólicas e cardiovasculares entre militares que atuam na administração e em funções operacionais; c) levantamento da prevalência de doenças ocupacionais e seus fatores associados entre militares que atuam na administração e em funções operacionais; d) investigação das ações setoriais da Força Aérea Brasileira para o enfrentamento das DCNT; e) influência do treinamento físico e de intervenções nutricionais sobre parâmetros de saúde e de desempenho físico operacional; f) investigação da relação entre a adiposidade visceral e operacionalidade em militares; g) proposição de métodos de mais baixo custo para avaliação da adiposidade visceral em militares; h) investigação dos efeitos do treinamento físico na adiposidade visceral e parâmetros de síndrome metabólica; i) estabelecimento dos melhores protocolos de exercícios aplicados à realidade militar que possam reduzir a gordura visceral e os diferentes componentes da síndrome metabólica; j) investigação dos efeitos de diferentes tipos de treinamento nos parâmetros cardiometabólicos e no desempenho operacional de militares; k) verificação dos ajustes e adaptações fisiológicas promovidas pelo treinamento físico nos indivíduos com DCNT, assim como naqueles com risco de desenvolver essas doenças.

8. Intervenções físicas e cognitivas aplicadas à fisiologia em ambientes extremos e ao desempenho de militares das Forças Armadas

Há operações das forças armadas executadas em condições ambientais extremas e organicamente desfavoráveis aos militares. Desta forma, o militar estará exposto a climas inóspitos (calor, exposição ao sol, umidade, imersão aquática doce e salgada, frio, vegetações e solo desvantajosos, ações noturnas), práticas físicas radicais (paraquedismo, rapel, escalada, caminhada orientada, mergulho, tiro), carregamento de cargas elevadas, confinamentos (embarcações), pressões atmosféricas extremas (voos de alta performance, manobras submarinas, escaladas de alta altitude), manipulação de materiais bélicos. Estes

diferentes contextos provocam alterações nas funções cardiovascular, pulmonar, neuromuscular e metabólicos desses militares e, conseqüentemente, lhes exige desempenho físico e adaptações fisiológicas/metabólicas apropriados para manter o desempenho ideal da operação. Portanto, este projeto de pesquisa tem o objetivo de estudar os fenômenos cardiorrespiratório (mudanças de pressão arterial, frequência e variabilidade da frequência cardíaca), neuromuscular (atividade muscular), metabólico (perfil lipídico e glicêmico, perfil de urina e creatinina, [La]) e físico (condicionamento físico) de militares das forças armadas em função de suas ações militares. Os resultados da série de investigações sob este escopo comporão perfis de demandas físicas dos militares para as diferentes situações ambientais extremas, que embasarão propostas preventivas e intervencionistas personalizadas à demanda operacional, contribuindo para o desempenho operacional.

9. Medidas e avaliação aplicadas às atividades operacionais de militares das Forças Armadas

Este projeto guarda-chuva tem como foco o desenvolvimento de testes para a avaliação das variáveis neuromotoras, cardiorrespiratórias e de composição corporal de militares das forças armadas, engajados em diferentes missões de emprego do poder militar, bem como de apoio operacional. Testes físicos padronizados com índices previamente determinados estão relacionados com o desempenho de tarefas militares e podem dar indicadores de eficácia de um possível combate, servindo como balizadores do desempenho da tropa em teatros de operações, sejam simulados ou reais. Pretende-se avaliar cada tarefa operacional a partir da carga de trabalho exigida, com a definição de valores de referência, possibilitando a prescrição do treinamento físico. Busca-se também a proposição de testes válidos e confiáveis para a avaliação da composição corporal, tendo em vista a inadequação do IMC. Os testes físicos selecionados para determinada tarefa operacional, bem como os testes para avaliação da composição corporal deverão seguir os seguintes pressupostos: facilidade de aplicação, baixo custo e alta associação com as tarefas operacionais. Os projetos de pesquisa poderão ter as seguintes temáticas: a) Avaliação da Composição Corporal; b) Testes Físicos e Tarefas Operacionais; e c) Dor e atividades operacionais.

ANEXO C - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ITEM	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS	PRAZOS			
			A-2	A-1	A	A+2
1.	1SC2 / EMAER	Coordenar com a 6SC, 7SC e AEE o encaminhamento aos ODSA e demais Subchefias do EMAER da consulta sobre a sugestão de temas e projetos temáticos, para os processos seletivos dos PPG da UNIFA.	JUL			
2.	ODSA	Enviar ao EMAER os temas e projetos temáticos, se houver.	AGO			
3.	1SC2 /EMAER (Reunião prévia)	Realizar reunião com representantes dos membros permanentes e convidados do CONDIR para discussões preliminares e elaboração da pauta da reunião deliberativa.	AGO			
4.	CONDIR (Reunião deliberativa)	Indicar e priorizar os problemas de pesquisa encaminhados ao EMAER pelos ODGSA. Deliberar sobre outras questões eventuais da pauta.	SET			
5.	EMAER	Enviar a DIRENS/UNIFA as Indicações priorizadas pelo CONDIR.	OUT			
6.	CONDIR	Realizar consulta à DIRENS, via COMGEP, acerca dos eventuais impactos da inclusão de candidatos aos PPG da UNIFA nas cogitações para os cursos de carreira do COMAER.		MAI		
7.	DIRENS	Avaliar os eventuais impactos da inclusão dos Indicados aos PPG da UNIFA nas cogitações para os cursos de carreira do COMAER.		MAI		
8.	DIRENS	Gerir, junto ao COMGEP, a não inclusão de alunos dos PPG da UNIFA nos planos de movimentação obrigatória.		MAI		
9.	UNIFA	Inserir nos Editais dos processos seletivos os problemas de		MAI		

		pesquisa, sem candidatos, recebidos do EMAER, indicados e priorizados pelo CONDIR.				
10.	UNIFA	Realizar o processo seletivo dos candidatos aos PPG, conforme Editais específicos.		JUN-OUT		
11.	UNIFA	Considerar, nos processos seletivos dos PPG, a lista de candidatos com problemas de pesquisa indicados e priorizados pelo CONDIR.		JUN-OUT		
12.	UNIFA / DIRENS	Comunicar ao EMAER o resultado final dos processos seletivos dos PPG.		NOV		
13.	ISC2 / EMAER	Comunicar aos ODSA e Órgãos externos ao COMAER de origem dos candidatos, tão logo seja recebida a informação da UNIFA, o resultado final do processo seletivo.		NOV		
14.	UNIFA	Publicar a Portaria de ordem de matrícula dos candidatos selecionados para os PPG da UNIFA.		NOV		
15.	Candidatos dos PPG	Requerer matrícula nos PPG da UNIFA para o qual foram selecionados, conforme calendário dos PPG.			MAR	
16.	UNIFA	Publicar a Portaria de matrícula dos candidatos selecionados para os PPG da UNIFA.			MAR	
17.	UNIFA / DIRENS	Encaminhar ao EMAER e ao COMGEP/DIRENS a informação sobre a matrícula na UNIFA dos novos alunos dos PPG.			MAR	
18.	UNIFA / DIRENS	Enviar à DIRENS os pedidos de missões PLAMENS que objetivam a capacitação de docentes dos PPG, bem como os estágios de pesquisa no exterior para os alunos cursando o doutorado, que atendam aos requisitos da ICA 37-770, em vigor, e que estejam relacionadas com problemas de pesquisa indicados e priorizados pelo CONDIR, informando essa particularidade na Ficha Proposta de Missão (FPM);			ATÉ 15 DE AGO	

19.	UNIFA/DIRENS	Enviar os resultados das pesquisas concluídas ao EMAER, via DIRENS.				SET
20.	ISC2 / EMAER	Comunicar aos Órgãos Externos ao COMAER os resultados das pesquisas relacionadas aos seus Alunos egressos dos PPG da UNIFA.				SET
21.	CONDIR (Reunião deliberativa)	Avaliar e decidir a aplicação das pesquisas concluídas e a destinação dos produtos gerados nos trabalhos dos alunos dos PPG da UNIFA.				SET
22.	ISC2 / EMAER	Encaminhar ao COMGEP/DIRENS a ata do CONDIR, onde consta a sugestão de OM de destino dos concludentes dos PPG para aplicação das pesquisas.				SET
<p>LEGENDA:</p> <p>A-2 = dois anos antes da publicação da portaria de matrícula;</p> <p>A-1 = um ano antes da publicação da portaria de matrícula;</p> <p>A = ano de publicação da portaria de matrícula; e</p> <p>A+2 = dois anos depois da publicação da portaria de matrícula.</p>						

ANEXO D - MODELO DE DOCUMENTO PARA PROPOSTA PRELIMINAR DE PESQUISA

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO XXXX

[XXXX definir “EM CIÊNCIAS AERONÁUTICAS” ou “EM DESEMPENHO HUMANO E OPERACIONAL”]

(Processo seletivo de xxxx)

[xxxx - informar o ano de submissão]

PROPOSTA PRELIMINAR DE PESQUISA

Fulano de Tal

[nome completo do candidato]

Título preliminar

[título para proposta - até duas linhas]

1. Área de Interesse
[identificar a Área e a Linha de pesquisa do PPG em que se enquadraria o tema proposto]
2. Motivação
Contextualização do Problema
[descrever o contexto do tema em questão e apresentar o problema/questão operacional identificado até o nível de contextualização do problema de pesquisa que será abordado]
Identificação do Problema de Pesquisa
[especificar o problema de pesquisa que será abordado com o trabalho acadêmico]
3. Objetivo da Pesquisa
[identificar o objetivo do trabalho de pesquisa proposto de forma coerente à solução do problema de pesquisa anteriormente especificado, podendo discriminá-lo em Objetivo Geral e Objetivos Específicos, para uma melhor compreensão, caso necessário]
4. Informações Complementares
[Campo opcional, em que podem ser apresentadas informações adicionais sobre a Metodologia que se pretende desenvolver e resultados esperados, identificado em referências bibliográficas consultadas ou testes/avaliações preliminares já obtidos/as pelo autor]
5. Aplicação dos Conhecimentos
[Campo opcional, destinado à descrição da visão de aplicação dos conhecimentos advindos do trabalho de pesquisa a ser realizado pelo candidato]

Local, data.

ANEXO E - PROCESSO DE INDICAÇÃO DE CANDIDATOS

1. INDICAÇÃO DE CANDIDATOS

1.1. CONSIDERAÇÕES

O processo de indicação iniciar-se-á com o envio ao EMAER, pelo respectivo ODSA, por meio de Ofício, respeitando-se as condições para indicação e documentações necessárias, conforme previstas no item 1.4 do presente anexo.

1.2. CONDIÇÕES BÁSICAS PARA INDICAÇÃO DE CANDIDATOS AO PROCESSO SELETIVO DOS PPG

O candidato deverá atender às seguintes condições básicas:

- a) possuir Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso de Graduação das escolas de formação das Forças Armadas ou de cursos de graduação reconhecidos pelo MEC, em qualquer área de conhecimento;
- b) se militar, ser oficial da Força Aérea Brasileira;
- c) se servidor público civil, estar em atividade no Ministério da Defesa ou nas Forças Armadas e ser ocupante de cargo efetivo assemelhado a Oficial.
- d) não estar *subjudice*;
- e) ser diplomado em curso de Mestrado, em caso de candidato a Doutorado;
- f) haver interesse expresso da Administração para que o militar ou servidor público civil realize o curso; e
- g) candidatos pertencentes ao Exército Brasileiro e à Marinha do Brasil deverão ser indicados oficialmente ao EMAER pela organização interessada, via Estado-Maior da respectiva Força.
- h) Esta ICA não normatiza o ingresso dos candidatos civis nos PPG da UNIFA. O ingresso destes se dá, exclusivamente, por intermédio dos editais específicos publicizados pela UNIFA.
- i) Os editais da UNIFA também se ocuparão de normatizar os aspectos acadêmicos não cobertos pela presente legislação, cujo foco é, majoritariamente, os aspectos organizacionais das capacitações por intermédio das Pós-Graduações.

1.3. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES PARA CANDIDATOS DO COMAER PARA INDICAÇÃO AO PROCESSO SELETIVO DOS PPG

Os candidatos do COMAER deverão atender, adicionalmente, às seguintes condições complementares:

- a) é vedada a concomitância de curso dos PPG, na condição de Aluno Regular, com missões no exterior superiores a 6 (seis) meses;
- b) não estar cogitado para realizar qualquer dos cursos regulares de carreira, no ano da matrícula, nem nos anos previstos para a realização dos cursos de pós-graduação, particularmente nos casos que acarretem prejuízo à promoção regular;

- c) não estar agregado;
- d) não estar em gozo de licença para qualquer fim; e

1.4. DOCUMENTAÇÃO A SER ENVIADA AO EMAER

É exigida a remessa oportuna ao EMAER, pelo Órgão de origem, da seguinte documentação para apreciação do CONDIR:

- a) ofício de indicação do ODSA;
- b) Problema de Pesquisa conforme o Anexo D, com até 3 páginas, utilizando as Áreas, Linhas e Núcleos Temáticos previstas nos Anexos A e B.
- c) cópia simples do documento de identificação do candidato com foto e do CPF [se houver]; e
- d) cópia do resumo do currículo Lattes¹ do candidato atualizado [se houver].

¹Lattes é uma plataforma *online* de currículos mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ANEXO F - ORDENAMENTO TEMÁTICO DOS PPG

1 CONSIDERAÇÕES

1.1 O ordenamento temático dos PPG define os procedimentos para a identificação de temas de pesquisa, bem como o planejamento e execução dos projetos de pesquisa de mestrado e de doutorado dos PPG, de acordo com as diretrizes estabelecidas no item 2.1 desta ICA.

1.2 Os projetos de pesquisa de mestrado ou de doutorado dos PPG serão estabelecidos com base em uma estrutura de temas previamente estabelecida. Esta estruturação temática pode ocorrer a partir de um Banco de Temas ou a partir do Banco de Projetos Temáticos.

1.3 Em ambos os casos citados no item anterior, os temas de pesquisa devem estar estruturados dentro das Áreas de Pesquisas e Linhas de Pesquisa do PPG definidas nos Anexos A e B.

1.4 O ordenamento temático a partir do Banco de Temas se aplica aos casos em que a demanda pela formação de RH ou pesquisa pode ser considerada pontual e de curto prazo, como, por exemplo, uma pesquisa incremental ou reposição de uma capacitação perdida, em geral suprida por projeto de pesquisa individualizado de mestrado ou de doutorado com foco no tema de pesquisa.

1.5 O ordenamento temático por meio do Banco de Projetos Temáticos visa a um contexto de ensino e pesquisa mais amplo e estratégico, no qual a abordagem do problema extrapola a temática individualizada e ascende aos níveis de Linha de Pesquisa e Áreas de Pesquisa dos PPG. Neste contexto, um Projeto Temático dos PPG constitui um conjunto multidisciplinar de projetos de mestrado e/ou de doutorado, programas de capacitação do corpo docente e de pesquisadores, bem como infraestrutura ensino e pesquisa necessária, tudo no sentido de estabelecer uma capacidade técnico-científica desejada.

1.6 Uma notória exceção à necessária aderência de um projeto de pesquisa ao Banco de Temas/Banco de Projetos Temáticos em vigor acontece quando o perfil da pesquisa estiver conectado à temas disruptivos. Notoriamente, tais propostas deverão passar pela chancela do CONDIR, com o assessoramento da Sétima Subchefia do EMAER.

2 BANCO DE TEMAS DOS PPG

2.1 Nesta modalidade de ordenamento temático, os projetos de pesquisa de mestrado e de doutorado serão formulados com base em um banco de temas de pesquisa sugeridos pelos ODSA interessados em desenvolver formação de RH ou pesquisas por meio dos PPG. Os registros destes desafios serão analisados em termos acadêmicos para que se adequem a uma das linhas de pesquisa do PPG.

2.2 As organizações do COMAER interessadas em temas a serem pesquisados ou desenvolvidos nos PPG deverão enviar suas solicitações ao EMAER, por intermédio de seus respectivos ODSA, a fim de possibilitar a confecção de uma lista única, que comporá o Banco de Temas.

2.3 Os Bancos de Temas dos PPG deverão ser estruturados em nível de pesquisa, buscando-se sinergia e continuidade entre os trabalhos, apontando áreas específicas de interesse para as

pesquisas de mestrado e de doutorado, mantendo-se a rastreabilidade e o apontamento do(s) tema(s) proposto(s) para os trabalhos já realizados.

2.4 O EMAER, sob a coordenação da Seção de Ensino (ISC2), considerando as prioridades estratégicas identificadas pela Terceira Subchefia (3SC), Sexta Subchefia (6SC), Sétima Subchefia (7SC) e Assessoria de Estudos Estratégicos (AEE), é o responsável por coordenar a atualização dos Bancos de Temas dos PPG e disponibilizá-los às Organizações envolvidas no planejamento, execução e controle do Programa. Também deverá acompanhar, anualmente, a evolução e o aproveitamento dos Bancos de Temas de forma a balancear a distribuição de candidatos nos diversos temas conforme as necessidades de capacitação do COMAER.

2.5 A partir desses Bancos de Temas, os projetos de pesquisa serão desenvolvidos nas Áreas de Concentração dos Programas, de acordo com a disponibilidade e pré-qualificação dos alunos, a capacitação dos professores e instrutores da Pós-Graduação do PPGCA e do PPGDHO e dos colaboradores externos e, ainda, com o nível de participação e suporte das instituições interessadas.

3 BANCO DE PROJETOS TEMÁTICOS

3.1 A demanda para o estabelecimento de um Projeto Temático dos PPG surge nos níveis de direção do Programa, mediante coordenação com os ODSA e o EMAER, por meio da identificação de um problema finalístico (ligado à missão da Força) e da constatação de que este problema é de natureza de formação de RH e/ou constitui um desafio científico ou tecnológico.

3.2 A partir da formulação do problema citado no item anterior, o EMAER formaliza a demanda por meio de uma encomenda de proposta de Projeto Temático do respectivo PPG, elaborada por um Grupo de Trabalho formalizado e constituído por integrantes do(s) ODSA envolvido(s) e integrantes da UNIFA.

3.3 A estrutura básica da proposta de um Projeto Temático dos PPG deve ser constituída por um conjunto de temas de pesquisa preestabelecidos, que conduzam ao desenvolvimento de projetos de pesquisa de mestrado e doutorado organizados cronologicamente com foco na abordagem do problema estratégico identificado.

3.4 Antes de ser submetida à apreciação do EMAER, a proposta de projeto deve ser previamente ratificada pelos ODSA envolvidos, por meio de seus respectivos membros do CONDIR.

3.5 A proposta de Projeto Temático dos PPG deve ser submetida para aprovação do CONDIR na sua reunião anual ordinária. Em caso de aprovação, o Projeto Temático é instaurado.

3.6 O acompanhamento do projeto é feito pela UNIFA e reportado anualmente ao CONDIR do PPGA na sua reunião ordinária.

3.7 A proposta de Projeto Temático deve conter a definição de escopo do projeto, definição clara dos objetivos, estabelecimento de metas, indicadores, entregáveis e duração definida.

3.8 A equipe executora do projeto deve ser estabelecida desde a instauração do projeto, e atualizada de acordo as necessidades. Pode ser constituída por membros do corpo docente da UNIFA e servidores dos ODSA envolvidos. Os orientadores de mestrado e doutorado devem

ser professores credenciados em um dos Programas de Pós-Graduação Acadêmicos do COMAER.

3.9 O fluxo de alunos necessário para a realização do projeto também deve ser definido na estrutura do projeto. A admissão dos alunos será feita pelo processo seletivo dos PPG, cuja Proposta Preliminar de Pesquisa deve estar definida a priori na estrutura do Projeto Temático dos PPG.

3.10A necessidade de alocação de infraestrutura e recursos financeiros deve ser definida na estrutura do projeto, sendo desejável o financiamento externo por meio de agências de fomento à pesquisa ou por meio da indústria, quando aplicável.